



Índice

- 01 Índios aceitam proposta de delegado e vão deixar fazendas invadidas até sábado às 15 horas
- 02 Colunista é condenado por discriminação contra índios
- 03 MPF intermedeia conflito entre índios e Cemat em São Félix do Araguaia
- 04 Frente pede a Temer suspensão de demarcações
- 05 "Funai é a maior vilã do País e pratica atos terroristas"
- 06 Canoas motorizadas são entregues a índios de Porto Seguro
- 07 Exposição da Justiça Federal do RS aborda a atuação do judiciário na defesa das etnias afrobrasileira e indígena
- 08 Indígenas constroem Projetos Políticos Pedagógicos
- 09 Encontro indígena no Peru entra no segundo dia com participação de professor Terena sul-mato-grossense.
- 10 Amambai recebe 2ª conferência local de saúde indígena
- 11 Acadêmicos de Psicologia fazem visita técnica à aldeia indígena de Dourados
- 12 Governo do Estado implantará infraestrutura na reserva Anacé

Índios aceitam proposta de delegado e vão deixar fazendas invadidas até sábado às 15 horas

SÍTIO REGIÃO NEWS, 16.05.2013



Os mais de 200 índios terenas que ocuparam nos últimos dois dias as fazendas Cambará e Buriti, em Sidrolândia vão deixar pacificamente as propriedades até sábado às 16 horas. Eles resolveram cumprir a decisão judicial que garantiu a reintegração de posse aos fazendeiros. O compromisso de deixarem as áreas em 48 horas foi assumido com o delegado Alcídio de Souza Araújo, que chefiou a equipe da Polícia Federal encarregada de fazer cumprir a liminar concedida pelo juiz Renato Toniasso.

O coordenador da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) de Sidrolândia, Jorge Antônio das Neves, esteve em Campo Grande. Foi acompanhado de 10 lideranças indígenas e se reuniu com a AGU (Advocacia Geral da União) na tentativa de buscar um recurso para derrubar a liminar.

O clima de tensão era perceptível ainda no início da manhã. Os indígenas se instalaram na entrada da fazenda Buriti, de propriedade de Ricardo Bacha. No final do período matutino os índios tentaram montar acampamento próximo da sede, mas seguranças evitaram e quase um conflito foi estabelecido.

Minutos depois um grupo de produtores chegou a fazenda em comboio de 10 carros. O delegado da PF recomendou que não atrapalhassem a negociação, mas eles insistiram e diziam que estavam no local para demonstrar apoio a Ricardo Bacha. .

Os fazendeiros permaneceram Cambará aguardando que fosse cumprida a decisão judicial de reintegração de posse expedida pelo juiz federal Renato Toniasso, da 1ª Vara Federal de Campo Grande. Este mesmo magistrado determinou na sexta-feira (10) multa diária de R\$ 500 aos índios e R\$ 1 mil à FUNAI caso houvesse invasão em cinco propriedades na região, incluindo a Cambará e Buriti.



Colunista é condenado por discriminação contra índios

SÍTIO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, 16.05.2013

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou a condenação do colunista Ivar Paulo Hartmann, do Jornal NH, de Novo Hamburgo (RS), por incitar a discriminação contra indígenas. Ele terá de prestar dois anos de serviços comunitários e pagar 24 salários-mínimos de multa, que será destinada à Comunidade Indígena Kaingang de São Leopoldo (RS). O acórdão, que manteve a sentença, é de quarta-feira (14/5).

Hartmann foi denunciado pelo Ministério Público Federal após publicar, em outubro de 2008, o texto "Raposa do Sol e outras raposas", no qual, segundo o Ministério Público, discriminava e ofendia os índios, com trechos como: "No Brasil de hoje, as tribos remanescentes são compostas por indivíduos semicivilizados, sujos, ignorantes e vagabundos, vivendo das benesses do poder branco (...)". Ele foi incurso no delito previsto no artigo 20, parágrafo 2º, da Lei 7.716/1989 — praticar discriminação por meio da imprensa.

O artigo tratava de reserva indígena Raposa Terra do Sol, em Roraima, que ocupa 8% do território do estado. O colunista alegava que os índios seriam manipulados por estrangeiros (as "outras raposas" apontadas no título do texto), e o Brasil acabaria por perder parte de seu território. Segundo ele, os índios seriam fracos e facilmente domináveis pelos brancos — no caso, integrantes americanos e europeus de organizações não-governamentais.

Após ser condenado pela Justiça Federal de Novo Hamburgo, Hartmann recorreu contra a sentença no tribunal. Ele alegou que não teve intenção de macular a honra dos indígenas nem de promover qualquer atitude racista ou preconceituosa. Argumentou, ainda, que sua intenção teria sido de "dar um grito de alerta ao povo brasileiro para os desmandos e desatinos do governo".

Após examinar o recurso, a relatora do processo, juíza federal Salise Monteiro Sanchotene, convocada para atuar na 7ª Turma do TRF-4, decidiu manter integralmente a sentença. Segundo ela, "a tutela à liberdade de expressão não deve incentivar a intolerância racial e a violência, que comprometem o princípio da igualdade de todos perante a lei". Ela frisou que as declarações de Hartmann representam ilícito penal.

"Está comprovado que o réu agiu com dolo, tendo plena consciência de que estava praticando e induzindo o seu leitor a praticar discriminação contra indígenas, com o intento de privá-los de direitos na demarcação de terras, defendendo a superioridade inata do branco brasileiro", fundamentou a magistrada, citando trecho da sentença condenatória. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.



MPF intermedeia conflito entre índios e Cemat em São Félix do Araguaia

SÍTIO O REPORTER DO ARAGUAIA, 16.05.2013

Durante reunião na Câmara de Vereadores de São Félix do Araguaia na terça-feira, 14 de maio, o procurador da República, Álvaro Manzano intermediou o retorno do trabalho dos funcionários da Companhia de Energia do Mato Grosso (Cemat) que executam serviços de manutenção e leitura de medidores na aldeia Santa Izabel, na Ilha do Bananal.

A relação amigável entre os índios e os trabalhadores da Cemat, que atendem a aldeia devido à maior proximidade que as unidades da Celtins, foi abalada após um indígena ameaçar com arma de fogo um eletricista que cumpria a ordem de serviço para corte no fornecimento por falta de pagamento.

Com presença do advogado da Celtins Fabrício Azevedo e do gerente de eletrificação rural João Carlos Sarri Júnior, foi esclarecido aos índios que a colocação dos postes na aldeia pelo Programa Luz para Todos não dá direito à indenização ou mesmo isenção dos pagamentos, e que os índios devem quitar suas contas como todos os cidadãos. Também foram esclarecidos os procedimentos para requerimento das tarifas rural e social, negociação de dívidas e obtenção de segunda via da conta.

Diversas lideranças indígenas ressaltaram que a energia elétrica, disponível para a aldeia há cerca de dois anos, é uma antiga reivindicação que traz muitos benefícios, e que o fato ocorrido com o trabalhador foi isolado e não reflete a postura da comunidade. Diante das acusações feitas ao indígena envolvido na agressão, Manzano ressaltou que o objetivo da reunião era definir a forma para retorno dos trabalhos dos técnicos da Cemat à aldeia, e não julgar o acontecido.

Presente na reunião, o índio que ameaçou o eletricista reconheceu o erro e alegou estar psicologicamente abalado no momento do fato, devido à morte recente de um filho e um cunhado. Ele assumiu a dívida e disse que a comunidade não deve sofrer as consequências de sua atitude e se desculpou com o trabalhador, também presente. Como encaminhamento, foi definido que os eletricistas da Cemat serão acompanhados por um grupo de indígenas durante os trabalhos na aldeia por um período de tempo, e o serviço retomado na quarta-feira, 15.

No segundo momento da reunião, foram debatidos os diversos problemas causados pelo abuso de álcool entre os índios, que começam a beber cada vez mais cedo. Relatos de lideranças presentes na reunião apontam casos de crianças de 12 e até 10 anos que já se embriagam, além do frequente uso de gasolina como entorpecente. A venda de bebidas nas aldeias foi outro problema relatado. Diversas lideranças cogitaram a criação de leis que impeçam a venda de bebida alcoólica aos índios.

Apesar de o último caso de suicídio ter ocorrido no segundo semestre de 2012, houve três tentativas recentes. Além dos suicídios, é atribuído ao abuso de álcool transtornos nas aldeias como agressões entre parentes, acidentes e mortes por afogamento. Manzano salientou a

CONT.



dificuldade de uma intervenção estatal que impeça os índios de comprar e fazer uso de bebidas alcoólicas, mas que a aldeia é soberana em suas decisões dentro da terra indígena, e pode impedir a entrada se for consenso de todos. O índice de suicídio entre os índios karajás é um dos mais altos do mundo.

Medida cogitada desde a realização do seminário sobre alcoolismo em 2009, os índios decidiram escolher pessoas para impedir a entrada de bebida durante reunião entre as lideranças, com remuneração pela própria comunidade. Manzano sugeriu a realização de um trabalho com as famílias para que apoiem o grupo em seu trabalho. Outro ponto foi a construção de um local, na aldeia, para abrigar índios sob efeito de álcool que estejam alterados e causando problemas até que cesse o efeito do álcool.



Frente pede a Temer suspensão de demarcações

SÍTIO CRUZEIRO DO SUL, 16.05.2013

As lideranças da Frente Parlamentar da Agropecuária que se reuniram nesta quinta-feira (16) por mais de três horas com o vice-presidente da República, Michel Temer, pediram a imediata suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas promovidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves e o advogado Geral da União, Luís Inácio Adams, participaram do encontro, que reuniu 14 deputados federais e um senador, além de produtores rurais de vários estados brasileiros.

O presidente interino da FPA, deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), que solicitou a audiência, afirmou que o vice-presidente "ficou impressionado com o relato dos pequenos produtores rurais que estão na iminência de perderem suas propriedades". Ele afirmou que Temer prometeu realizar um novo encontro no dia 23 de maio. "O vice-presidente disse que vai conversar com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com a Funai e a Advocacia Geral da União, e nos dará uma resposta nos próximos dias", disse o deputado.

Heinze afirmou que pediu ao vice-presidente que o governo determine a inclusão da Embrapa e os ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e das Cidades no rito de análise dos processos de delimitação de novos territórios indígenas. Ele argumenta que "hoje só a Funai comanda tudo. Define a área e julga os recursos dos proprietários. Não há imparcialidade alguma e os produtores sempre são condenados a perderem o patrimônio da família".

Os parlamentares cobraram do governo o restabelecimento da Portaria 303, publicada em junho do ano passado, que restringe a ampliação de áreas já demarcadas. Heinze explica que a aplicação da norma resolveria em grande parte os processos em andamento no País. "A portaria não cria regras novas, apenas regulamenta a aplicação daquilo que foi aprovado pelo STF quando do julgamento do caso da Raposa Serra do Sol. Infelizmente a portaria foi suspensa por pressão da Funai e de ONGs internacionais. Para a segurança do próprio país é fundamental que ela volte a vigorar" diz ele.

No encontro, os parlamentares pediram apoio do governo para a instalação da comissão especial que irá deliberar sobre a Proposta de Emenda a Constituição - PEC 215/00 - que inclui as demarcações de terras indígenas entre as competências do Congresso Nacional. Heinze lembra que a criação do colegiado chegou a ser publicada no dia 11 de abril, porém, as indicações dos membros foram suspensas após a invasão do plenário da Câmara dos Deputados por um grupo de indígenas.

Heinze também aproveitou o encontro para informar oficialmente ao vice-presidente que os deputados membros da FPA protocolaram nesta quarta-feira (15), um requerimento que propõe a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades praticadas pela Funai e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na identificação e demarcação de terras indígenas e quilombolas. (AE)

"Funai é a maior vilã do País e pratica atos terroristas"

SÍTIO AGRO OLHAR DIRETO, 16.05.2013



Políticos, compesinos e produtores se reuniram em Brasília para pedir o fim da Funai

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi "pintada" e retratada por produtores e rurais e parlamentares federais, em reunião com o vice-presidente Michel Temer, na manhã desta quinta-feira (16), como a maior vilã da história recente da República por causa de "atos terroristas praticados contra os interesses nacionais, o setor produtivo, assentados e contra os próprios índios".

Em tom unânime, senadores, deputados federais, presidentes de federações e líderes camponeses fizeram um apelo dramático ao vice-presidente da República no sentido de suspender em caráter emergencial todas as demarcações de novas áreas indígenas, os processos de ampliação das reservas já existentes e a revisão dos últimos atos demarcatórios realizados pelo órgão federal, os quais estariam, segundo eles, 100% irregulares.

Além de vilã, a fundação foi tachada como funesta, traiçoeira, mentirosa, fraudadora, terrorista e semeadora dos últimos conflitos agrários do País. Um parlamentar do Pará mais exaltado pediu inclusive a extinção do órgão, sugestão endossada também pelo senador Jaime Campos (DEM-MT).

"A Funai precisa ser eliminada, extinta, porque pratica atos lesivos, fraudulentos e ilegais contra milhares de famílias em diversos estados do Brasil", declarou Jaime Campos, em entrevista para a Agro Olhar/Olhar Direto,, logo após a reunião com Temer.

Na opinião do congressista democrata de Mato Grosso, a fundação quer deveria agir na defesa dos índios "está apenas defendendo interesses internacionais e dos ambientalistas xiitas e de organizações não governamentais (Ongs) que estão a serviço dos europeus e norte-americanos".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 083 / 2013

Brasília, 17 de maio de 2013.

No mesmo diapasão dos parlamentares, vários produtores rurais (pequenos, médios e assentados) relataram fatos dramáticos que ocorreram com seus familiares e companheiros nos últimos 20 anos com "respaldo criminoso de servidores da Funai".

Visivelmente emocionado e com os olhos embargados, Michel Temer garantiu que vai tomar todas as providências cabíveis para impedir os abusos praticados por servidores graduados da Funai, e marcou uma nova reunião que deve ocorrer no dia 23, diante do que ele classificou como denúncias gravíssimas.

"Estou tomando ciência da situação real apenas agora, porque entendia que tudo não passava de reclamações de grandes produtores. Mas agora posso ver que a situação é de extrema gravidade e não pode perdurar, porque pelo visto sangue pode ser derramado dos dois lados da situação", declarou Temer.

Além da suspensão imediata das demarcações e da ampliação de reservas e revisão dos últimos processos demarcatórios, os produtores querem que o governo reedite a portaria 303. O ato determina que qualquer nova demarcação precisa passar obrigatoriamente pelo Congresso Nacional e pelos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

Canoas motorizadas são entregues a índios de Porto Seguro

SÍTIO MERCADO DO CACAU, 16.05.2013

Os índios da aldeia Bugigão, localizada no município de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia, agora dispõem de embarcações motorizadas. Com o objetivo de aumentar a produtividade pesqueira da comunidade, oito canoas em fibra de vidro, modelo flex, foram entregues, na última segunda-feira, pelo secretário de Desenvolvimento e Integração Regional, Wilson Brito.



Novas embarcações vão contribuir para aumentar a produtividade pesqueira da comunidade

Equipadas com material de salvatagem para pesca e mariscagem, as canoas foram entregues em mais uma ação do programa estadual Vida Melhor, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir) e Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Capacitação – O presidente da Associação de Moradores e Pescadores Indígenas de Bugigão, Gilmar Jesus de Souza, conhecido por Matalawê, diz que "agora podemos pescar tranquilos, sem a preocupação de perder o pescado, pois temos como manter o peixe fresco nos 'coolers' das embarcações". Segundo ele, "antes não tínhamos onde armazenar". Já o pescador Benedito de Oliveira (Newy Pataxó) afirma que. "dependemos da pescaria para viver. Com as canoas a remo, ficávamos à mercê do vento".

As canoas entregues na aldeia Bugigão foram construídas pelos índios durante treinamento, no Centro de Capacitação e Pesquisa Padre Barturen, em Camaçari. Eles aprenderam a construir as embarcações em fibra de vidro e estão aptos a fazer outras. A ação foi realizada em parceria com a Cooperativa de Trabalho e Serviços (CTS) e da Fundação para o Desenvolvimento das Comunidades Pesqueiras (Fundipesca).

Para o secretário Wilson Brito, esta foi a melhor maneira de levar o benefício para a aldeia. "Não bastava apenas entregar as canoas. Com a capacitação, os índios passaram a ter também nova profissão." Fonte: Seagri



Exposição da Justiça Federal do RS aborda a atuação do judiciário na defesa das etnias afrobrasileira e indígena

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 16.05.2013

“Os desafios do Judiciário para a garantia de direitos das etnias afrobrasileira e indígena” é o nome da mostra que está em exibição no espaço de exposições da Justiça Federal do Rio Grande do Sul (JFRS) até o dia 29 deste mês. O evento, realizado em parceria pela JFRS e a Universidade FEEVALE, comemora os dez anos da promulgação da Lei nº 10639/03, alterada pela Lei nº 11645/08, que garante a obrigatoriedade do ensino da História da Cultura Afrobrasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino.

A JFRS apresenta um recorte do acervo histórico sobre a temática da exposição, através da mostra de processos digitalizados, objetos do acervo e a instalação fotográfica “Acervo Histórico”, de autoria de Mário Ruy Silveira Chaise e Ricardo de Abreu Neves.

A Feevale está presente no evento com um recorte da exposição “Traçados identitários ancestralidade, documento e resistências negras e indígenas”, composta de gravuras e telas dos artistas plásticos Leandro Machado e Paulo Só. Além disso, o filme de José Carlos Burle, “Também somos irmãos”, de 1949, será exibido.

Ainda na programação do evento, no dia 28 de maio, às 17h, no auditório da JFRS, acontece a “Capacitação de Final de Tarde”. O encontro terá palestras da juíza federal Ana Inês Algorta Latorre e da professora doutora em História Magna Lima Magalhães, da Feevale, e mediação do mestre em Direito Público Dailor dos Santos. As palestrantes vão falar sobre os desafios da prestação jurisdicional diante da formação cultural e da diversidade étnica brasileira e sobre as possibilidades e perspectivas da pesquisa histórica e os arquivos judiciais.

A sede da JFRS está localizada na rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600, em Porto Alegre (RS).



Indígenas constroem Projetos Políticos Pedagógicos

SÍTIO MIDIA NEWS, 16.05.2013

A Seduc deu início às oficinas formativas no final de abril

“É a primeira vez na história de Mato Grosso que os educadores índios participam de formações para construção dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das Escolas Estaduais Indígenas”. A afirmação é do coordenador da Educação Indígena da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Félix Adugoenau que participa esta semana de oficina no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação (Cefapro), de Cuiabá.

A atividade, iniciada na segunda-feira (13.05), reúne mais de 30 educadores da etnia bororo, oriundos de Barra do Garças, General Carneiro, Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço, e tem por objetivo discutir a construção de PPPs com base nas Orientações Curriculares Indígenas lançadas este ano pela Seduc.

De acordo com Adugoenau, cada uma das 68 unidades estaduais de ensino indígenas do Estado deve elaborar coletivamente com suas respectivas comunidades escolares PPPs que devem conter temas essenciais como: tradições e ritos culturais milenares de cada povo, a preservação do ensino da língua materna e demais ações pedagógicas.

“Os Projetos Políticos Pedagógicos também serão lançados no sistema online da Seduc”, destacou. Ele também citou que antes as Escolas indígenas não tinham como tarefa a construção dos Projetos. “Agora todas devem fazer levando inclusive em conta, o planejamento para a utilização dos recursos dos Programas Dinheiro na Escola (PDE) e Dinheiro Direto na Escola (PDDE), repassados às unidades”, afirmou.

A Seduc deu início às oficinas formativas no final de abril. Ao todo 14 etnias já participaram de atividades realizadas em Barra do Garças, Juara e Tangará da Serra. Esta semana também estão sendo realizados encontros em São Félix do Araguaia, Matupá e Canarana com a presença de educadores de outros 25 povos.

Encontro indígena no Peru entra no segundo dia com participação de professor Terena sul-mato-grossense.
SÍTIO FETEMS, 16.05.2013



O Encontro Internacional organizado pela Internacional da Educação para a América Latina (IEAL) que acontece em Cuzco no Peru tem a participação, do professor da etnia Terena sul-mato-grossense, Wanderley Dias Cardoso, representando a CNTE(Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). O professor e Doutor em História foi indicado pela FETEMS para representar o Brasil no evento.

O encontro entrou hoje(16), no segundo dia de debates. O objetivo do evento é debater a situação da educação dos povos indígenas da região, aprofundar estratégias e políticas sindicais para a defesa do direito à educação pública para os povos indígenas e avançar na proposta de políticas educativas alternativas.



CONT.



Os líderes educadores indígenas de vários países da região apontaram as próprias experiências e visão sobre a educação e a realidade dos povos indígenas em seus países.

Ao falar sobre as próprias experiências Dias disse que “a etnia Terena do Brasil foi levada a força para as cidades para ‘civilizarnos’, nos ensinaram uma agricultura que não era a nossa e uma medicina que tão pouco era a nossa. Temos avançado na questão dos direitos, antes éramos donos de nossas terras e antes falávamos o que queríamos em nossa educação”, ressaltou.

Do Equador participou, Sisa Pacari Bacacela, da Unión Nacional de Educadores (UNE). Ela fez uma ampla análise da realidade das populações indígenas de seu país

“No Equador são 14 etnias, 14 idiomas que lutam para não desaparecer. A educação deve assumir a filosofia de cada um de nossos povos indígenas. Para nós a integração sempre significou o desaparecimento diante do branco, porque lutamos por uma integração que signifique compreensão e igualdade”, disse Pacari.

A dirigente sindical e indígena do Equador relatou ainda as dificuldades das mulheres indígenas em seu país. “As mulheres indígenas enfrentam muitos desafios e obstáculos para participar dos sindicatos, mas estamos nesta luta intensamente”, salientou.



Durante os dois dias de trabalho, houve uma reflexão, sobre como o conceito de qualidade empresarial e as políticas educativas, guiadas por esse olhar comercial, afetam negativamente o direito à educação, reduzem o currículo e danificam o desenvolvimento de conhecimentos específicos e formas de saberes dos povos indígenas”

Além disso, os(as) dirigentes sindicais da educação trabalham desde as perspectivas dos povos indígenas para definir quais elementos devem contemplar uma proposta educativa alternativa e para se comprometer com novas e melhores estratégias sindicais para a defesa de uma educação pública multicultural e multilíngue.



Amambai recebe 2ª conferência local de saúde indígena

SÍTIO A GAZETA NEWS, 16.05.2013

Na manhã dessa quinta-feira, dia 16, autoridades indígenas e políticas de Amambai, estiveram reunidas no salão de eventos da Igreja Presbiteriana do Brasil, atrás da Prefeitura, a fim de discutirem assuntos de grande interesse da comunidade indígena de Amambai e alguns municípios da região.

Participaram da conferência o presidente do polo base da CASAI de Amambai, José Wilson Domingues, o prefeito de Amambai Sérgio Barbosa, o presidente da câmara municipal Carlinhos, a secretária geral das conferências e representando o DSEI/MS Maristela Farias e o representante da FUNAI de Amambai e regional Jorge Pereira da Silva.

Essa reunião tem o intuito de ouvir as necessidades, reclamações, sugestões e ideias que estejam dando certo, para que a saúde das comunidades indígenas de toda região possam ser melhoradas.

Pessoas ligadas à área, como agentes e auxiliares de saúde que trabalham diretamente com as comunidades indígenas de várias aldeias da região, apresentaram reivindicações e formas de se melhorar os atendimentos nos lugares mais distantes. Projetos que tenham apresentado bons resultados foram expostos para representantes de outras regiões que estejam sendo copiadas de forma a promover uma melhoria em outros locais. A reunião seguiu durante todo o dia.

Acadêmicos de Psicologia fazem visita técnica à aldeia indígena de Dourados
SÍTIO AGORA MS, 15.05.2013

Com o objetivo de conhecer um pouco sobre a saúde indígena das aldeias de Dourados, acadêmicos do 7º semestre de Psicologia da UNIGRAN fizeram uma visita técnica à Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casaí), ao Centro de Reabilitação Nutricional – Missão Caiuá de Dourados (Centrinho) e ao Hospital e Maternidade Porta da Esperança.

Segundo a professora da disciplina de Psicologia de Saúde, Cíntia Garbin, o curso tem se preocupado com a realidade local e as possíveis áreas de atuação do psicólogo. “A disciplina tem demonstrado algumas áreas de atuação deste psicólogo no Sistema Único de Saúde – SUS, dentre elas o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi SUS). Então, conhecer um pouco de saúde indígena faz parte de nossa realidade social, principalmente aqui no Mato Grosso do Sul, que possui a segunda maior população indígena do país”, afirma.



A visita técnica serviu para que os estudantes conhecessem a saúde indígena na aldeia de Dourados – Foto: Decom

Os lugares visitados foram: a Casaí, que possui vínculos com a Rede Hospitalar, Rede de Atenção Especializada dos municípios e serviços de saúde para referências de casos clínicos; o Centrinho, que é credenciado pelo Sistema Único de Saúde, que tem por objetivo a recuperação nutricional de crianças indígenas e o Hospital e Maternidade Porta da Esperança, mantido pela Missão Evangélica Caiuá, credenciado pelo SUS, para atendimento nas áreas de clínica médica, obstetrícia, pediatria e recuperação de desnutridos.

“Visitas técnicas para atualização científica e acadêmica, contribuem com a formação profissional dos acadêmicos, por meio da observação de atividades práticas e situações profissionais reais desenvolvidas nas instituições que prestam serviços em saúde indígena. Pode-se oferecer a visualização da Rede de serviços em saúde de nosso município na população indígena”, garante Cíntia.

“Visitas técnicas para atualização científica e acadêmica, contribuem com a formação profissional dos acadêmicos, por meio da observação de atividades práticas e situações profissionais reais desenvolvidas nas instituições que prestam serviços em saúde indígena. Pode-se oferecer a visualização da Rede de serviços em saúde de nosso município na população indígena”, garante Cíntia.

O acadêmico Jeremias Gonçalves conta que a visita foi importante porque o estudante conhecia a saúde indígena apenas através da mídia. “Eu conhecia o que a mídia e outras pessoas falavam, nunca havia tido essa experiência de estar lá, conhecer como realmente é o funcionamento. Algo que me chamou atenção foi o fato de algumas adaptações que eles fazem são mais voltadas para cultura indígena. Foi mencionada alguma dificuldade que os indígenas têm no HU (Hospital Universitário), que o HU não olha essas particularidades do índio e lá no hospital da aldeia tem uma casa onde eles fazem uma fogueira, de manhã assam mandioca, por exemplo, então é algo que faz com que eles sintam-se em casa”, relata.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 083 / 2013

Brasília, 17 de maio de 2013.

Para Jeremias, a atividade contribuiu na maneira de compreender cada cultura. "A Psicologia precisa ser vista a partir da cultura de cada um, de modo que nós não vamos impor nada a uma pessoa, mas para poder ajudar um indígena, por exemplo, precisamos estar inseridos dentro da cultura dele, compreender a cultura. Eu percebi que no atendimento à saúde indígena na aldeia, eles pensam muito neste aspecto, valores ao índio a partir da sua cultura e possibilitando atendimento de qualidade a eles", destaca o acadêmico.



Governo do Estado implantará infraestrutura na reserva Anacé

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 15.05.2013

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Infraestrutura do Estado (Seinfra), está preparando os projetos com vistas a realização das licitações para implantação da infraestrutura da área onde se instalará a comunidade indígena Anacé. A área onde será a reserva indígena, de mais de 540 hectares, foi adquirida pelo Governo do Estado e Petrobras em troca do terreno onde será instalada a Refinaria Premium II, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).



Serão construídas 163 casas distribuídas entre quatro aldeias Anacé, uma escola indígena, um posto de saúde, acesso viário, vias internas, sistemas de energia elétrica, de água e de esgoto, terraplenagem e drenagem. O terreno foi adquirido pelo Governo do Estado por R\$ 15 milhões. Um convênio com a Petrobras garantirá outros R\$ 15 milhões para repasse à Secretaria para a implantação da infraestrutura.

A reunião em que os índios aceitaram o terreno, definido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), aconteceu na terça-feira (14), na 6.^a Câmara do Ministério Público Federal, em Brasília. No dia 14 de junho, haverá nova reunião, desta vez com a Petrobras e a Seinfra, para a assinatura do termo de compromisso que garantirá a implantação das benfeitorias compensatórias no terreno. O Governo do Estado já cedeu terreno de 1.950 hectares à Petrobras para a implantação da refinaria.

O equipamento, do tipo Premium II, é considerado fundamental para que a Petrobras possa atender o mercado interno de derivados de petróleo. A demanda de combustíveis estimada para 2020 no País é de aproximadamente 3,4 milhões de barris por dia. A refinaria, em projeto pela estatal, terá capacidade de processar 300 mil barris de petróleo por dia, abastecendo o mercado com Óleo Diesel 10 ppm (63,5% da produção), Nafta Petroquímica (15,3%), Querosene de Aviação (12,6%), Coque (2,8%) e Óleo Bunker (1,6%).